CAO-JÚRI

Edição n. 05/2021 CUIABÁ, 16 de junho de 2021.

SUMÁRIO

ARTIGOS	3
MPMT e TJMT	3
MP defende investigação e julgamento de militares pelo Tribunal do Júrido	3
MPMT: Jovem é condenado a 22 anos de prisão por matar adolescente de 17 anos	
Condenado por homicídio em GO e MA, também cumprirá pena por crime em MT	
MPMT: Homem é condenado a 24 anos de prisão por matar filho em Sinop	
MPMT: Homem é condenado a 15 anos de prisão por matar travesti	
MPMT denuncia mãe por homicídio e ocultação de cadáver de bebê	
MPMT denuncia mãe por homicídio e ocultação de cadáver de bebê	
MPMT: Integrante do CV é condenado a 22 anos de prisão em Rondonópolis	
Guarantã do Norte volta a realizar sessões do Tribunal do Júri	
Sessões híbridas garantem Tribunal do Juri em Cuiabá	7
Comarca de Rondonópolis realiza sessões hibridas do Tribunal do Júri	
NOTÍCIAS	
TJDFT: Acusado de matar por causa de dívida é condenado a 21 anos de prisão	
TJDFT: Réu é condenado a 8 anos de prisão por tentar matar ex-mulher atropelada	
Tribunal do Júri em Roraima reforça ações de prevenção à Covid-19	
Câmara aprova aumento da pena mínima para feminicídio	
MPSP: Homem que provocou morte durante racha em Assis tem prisão preventiva decretada	
MPSC: Prisão temporária de suspeito de quatro homicídios é decretada após investigações confirmar que supostas vítimas de incêndio foram mortas a facadas	em
MPF defende que concessão de HC de ofício a ex-deputado condenado por homicídio vai con	
jurisprudência do STF	
Homem denunciado pelo MPPR pela morte de menina de nove anos em 2008 é condenado pelo Tribu	
do Júri de Curitiba a 50 anos de prisão	
MPDFT obtém condenação de homem que matou motorista de Uber em discussão de trânsito	11
TJSC: Justiça nega pedido de exame de insanidade mental para acusado da chacina de Saudades	.12
Após 25 anos, mãe de rapaz assassinado será indenizada porque juiz vendeu sentença	12
CNMP: Programa Em Pauta discute os efeitos ignorados da inação do Estado sobre os filhos das vítim de feminicídios	nas
MPPA: Autor da "chacina do Paca" é condenado a 55 anos de reclusão	.13
Conselho de sentença acolhe tese do MPPE e condena os assassinos da criança Davi e o padra mortos em 2017	
TJ-PR manda a júri popular médica acusada de matar pacientes em UTI de hospital em Curitiba	13
TJDFT: Pai é condenado a 30 anos de prisão por tentar matar filha recém-nascida	14
MPMA consegue condenação de réu que matou adolescente na Funac	.14
MPRJ denuncia filhos e namorado da filha por assassinato de idoso em São Conrado	
CNJ: Judiciário gaúcho marca júri do caso Kiss para 1º de dezembro em Porto Alegre	
TJ-SP mantém júri que condenou mulher que ateou fogo no companheiro	

☑ cao.juri@mpmt.mp.br

	MPDFT: Foragidos da Justiça: homem localizado três anos após o crime é condenado por homicídio16
	MPMG discute a defesa dos direitos das vítimas de crimes no Brasil
	MPPI obtém condenação de réu por homicídio qualificado contra advogado e por homicídio qualificado tentado contra comerciante
	MPSP: Homem é condenado por feminicídio de mulher transexual
	Aras destaca atuação interinstitucional na condução de TAC milionário em caso de homicídio em supermercado do RS
	MPSC: Júri condena a 12 anos de prisão homem que matou convidado de festa por causa de som alto em Chapecó
S	「J19
	Compete ao tribunal do júri julgar médicos que, durante a extração ilegal de órgãos, mataram dolosamente o paciente
	Comportamento da vítima que não contribuiu para o crime não pode agravar a pena19
	Em recurso do MP, STJ restaura decisão que manda a júri acusado da morte de namorada em acidente de trânsito
	Relator mantém prisão preventiva de promotor acusado de matar a esposa em Minas Gerais20
	Sexta Turma nega liberdade a empresário condenado a 82 anos de prisão por matar esposa e filha20
	Ministro restabelece condenações do júri por massacre do Carandiru21
Q 1	rF 21

ARTIGOS

- Novo Código de Processo Penal: Lobos e Ovelhas
- Soberania dos Assassinos
- Síndrome dos Macacos Sábios no Júri
- Feminicídio ainda em pauta

MPMT e TJMT

MP defende investigação e julgamento de militares pelo Tribunal do Júri

Publicação em 20/05/2021

O painel "Da competência constitucional do Tribunal do Júri para processar e julgar crimes dolosos contra a vida e sua repercussão nas atribuições investigativas dos órgãos de Segurança Pública" marcou o encerramento do webinar "Das Competências e Atribuições Investigativas dos Órgãos de Segurança Pública", na manhã desta quarta-feira (19). O promotor de Justiça Vinícius Gahyva Martins, coordenador do Centro de Apoio Operacional do Júri e do Núcleo de Defesa da Vida do Ministério Público de Mato Grosso, defendeu que crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis não podem ser considerados crimes de natureza militar e devem ser julgados pelo Tribunal do Júri, na esteira de entendimentos dos Tribunais Superiores e da conformidade com a Constituição Federal.

MPMT: Jovem é condenado a 22 anos de prisão por matar adolescente de 17 anos Publicação em 31/05/2021

Ronaldo José Souza de Oliveira foi condenado a 22 anos e 6 meses de prisão, em regime fechado, pelo feminicídio da adolescente Kendra Rayane de Carvalho, 17 anos, e pela tentativa de homicídio do amigo da jovem, Halif Thiago dos Santos, 25 anos. O crime

aconteceu no dia 13 de abril de 2019, no município de Mirassol D´Oeste, a 329 km de Cuiabá. A adolescente, que deixou um bebê de 11 meses, à época do crime era excompanheira de Ronaldo.

Condenado por homicídio em GO e MA, também cumprirá pena por crime em MT Publicação em 01/06/2021

A Promotoria de Justiça de Paranatinga requereu à 2º Vara Cível e Criminal daquela comarca que oficie à 1º Vara Criminal de Luziânia (GO) cópia da sentença contra Danilo de Souza Araújo por crime cometido em Mato Grosso. O réu foi condenado em abril deste ano a dois anos e 10 meses de reclusão por crime de uso de documento falso (art. 304 do Código Penal). Ele encontra-se preso em Luziânia (GO), onde foi condenado e cumpre pena por homicídio cometido naquele estado.

Esse encaminhamento do Ministério Público de Mato Grosso só foi possível depois de informações sobre o suposto óbito do réu, que teria sido assassinado em Goiânia (GO), motivo que levou a Promotoria de Justiça de Paranatinga a requisitar a expedição de cópia da certidão de óbito ou exame cadavérico do réu ao Cartório de Registro Civil de Paulo Manso (MA) e à 2º Vara da Comarca de Goiânia.

MPMT: Homem é condenado a 24 anos de prisão por matar filho em Sinop Publicação em 11/06/2021

Jonas Pereira Teixeira foi julgado pelo Tribunal do Júri e condenado a 24 anos e 22 dias de reclusão em Sinop (a 500km de Cuiabá), por homicídio duplamente qualificado - emprego de meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima - do filho de cinco anos. A sessão de julgamento ocorreu na terça-feira (8), quando o Conselho de Sentença, por maioria, acolheu a tese do Ministério Público e reconheceu a materialidade e a autoria do crime. O condenado, que está recolhido na Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira

(Ferrugem), cumprirá a pena inicialmente em regime fechado. A decisão é passível de recurso.

MPMT: Homem é condenado a 15 anos de prisão por matar travesti

Publicação em 14/06/2021

O Tribunal do Júri condenou Cléverson dos Santos, conhecido como "Zico", a 15 anos, 7 meses e 14 dias de reclusão e dois anos de detenção por ter matado a golpes de chave de fenda Luiz Henrique Ferreira e vilipendiado o seu cadáver. Ele ainda foi condenado por tentativa de furto a uma igreja e a uma papelaria. Todos os crimes foram praticados na noite do dia primeiro de julho de 2017, no município de Sorriso (distante 394 km de Cuiabá).

MPMT denuncia mãe por homicídio e ocultação de cadáver de bebê

Publicação em 14/06/2021

A 2º Promotoria de Justiça Criminal de Sorriso (a 420km de Cuiabá) denunciou Ramira Gomes da Silva, de 22 anos, por homicídio triplamente qualificado do filho Brayan da Silva Otani, de quatro meses de idade, e ocultação de cadáver. O crime ocorreu no dia 14 de maio de 2021. Conforme a denúncia do Ministério Público, a mãe agiu "imbuída de animus necandi (vontade de matar), impelida por motivação torpe, mediante meio cruel e com recurso que dificultou a defesa da vítima".

As investigações policiais apontaram que Ramira desejava se mudar para outro estado, onde mora a mulher com a qual começou a se relacionar à distância, virtualmente. Para facilitar a mudança e viabilizar a própria relação afetiva, acreditando que o bebê fosse um empecilho para os planos dela (motivo torpe), a denunciada golpeou a face do filho com instrumento contundente, provocando-lhe a morte. Ela se aproveitou da fragilidade física e da incapacidade do menino de oferecer qualquer tipo de resistência ou autodefesa

(recurso que dificultou a defesa), em contraste com o mais elementar sentimento de piedade (meio cruel).

MPMT denuncia mãe por homicídio e ocultação de cadáver de bebê

Publicação em 14/06/2021

A 2º Promotoria de Justiça Criminal de Sorriso (a 420km de Cuiabá) denunciou Ramira Gomes da Silva, de 22 anos, por homicídio triplamente qualificado do filho Brayan da Silva Otani, de quatro meses de idade, e ocultação de cadáver. O crime ocorreu no dia 14 de maio de 2021. Conforme a denúncia do Ministério Público, a mãe agiu "imbuída de animus necandi (vontade de matar), impelida por motivação torpe, mediante meio cruel e com recurso que dificultou a defesa da vítima".

MPMT: Integrante do CV é condenado a 22 anos de prisão em Rondonópolis

Publicação em 16/06/2021

Integrante do "Comando Vermelho", Júnior de Oliveira Ribeiro, conhecido como "Juninho Block", foi condenado pelo Tribunal do Júri da comarca de Rondonópolis a 22 anos de prisão, por homicídio duplamente qualificado. Ele matou a tiros William Santos de Oliveira, 24 anos, candidato a mister Rondonópolis. O crime aconteceu no dia 03 de dezembro de 2017, no bairro Jardim Paraíso. Ele foi condenado ainda, a dois anos e 9 meses de reclusão por porte ilegal de arma.

Guarantă do Norte volta a realizar sessões do Tribunal do Júri

Publicação em 15/06/2021

Na sexta feira (11), o juiz da Vara Única de Guarantã do Norte (a 715 km de Cuiabá), Jean Garcia de Freitas Bezerra, presidiu a sessão do Tribunal do Júri que julga o réu Ezequiel Euzebio Goncalves pela tentativa de homicídio qualificado contra a vítima D.B.S. O crime ocorreu em 2019. O ato marca a retomada do julgamento presencial na Comarca, após a pandemia do coronavírus.

Sessões híbridas garantem Tribunal do Juri em Cuiabá

Publicação em 15/06/2021

A juíza Mônica Catarina Perri Siqueira, da 1º Vara Criminal de Cuiabá, preside na tarde desta terça-feira (15), sessão do Tribunal do Júri que julga um homem denunciado pelo Ministério Público de ter cometido homicídio qualificado por motivo torpe e uso de meio que dificultou a defesa da vítima (Artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal).

Considerando o fato de o país ainda estar enfrentando uma pandemia, a magistrada realiza as sessões de forma híbrida com a presença das autoridades e dos jurados sorteados, de modo a prevenir o contágio pela Covid-19. "Somente desta forma será possível a continuidade da prestação jurisdicional sem colocar em risco a saúde e/ou a vida dos envolvidos no complexo ato que é o Tribunal do Júri e que na atual situação será realizado de forma híbrida", apontou a juíza.

Comarca de Rondonópolis realiza sessões hibridas do Tribunal do Júri

Publicação em 16/06/2021

Comarca de Rondonópolis (distante 212 km ao sul de Cuiabá) retomou as sessões do Tribunal do Júri para julgamento de réus presos. Foram realizados oito júris entre o final de maio e a primeira quinzena de junho. Em todos eles uma característica em comum, as sessões são híbridas. Nesse sistema as testemunhas são ouvidas de suas casas ou trabalho, advogados e réus participaram de outros ambientes, cidades e até de fora do Estado. O processo tem representado celeridade processual e economicidade, além da resposta à sociedade. Clique aqui para saber o resultado dos Júris realizados até agora.

 Acesse <u>aqui</u> a Nota Técnica apresentada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 023/2021-CGJ/TJMT, com a finalidade de elaborar protocolo operacional para realização de sessões de julgamento do Tribunal do Júri de forma híbrida.

NOTÍCIAS

TJDFT: Acusado de matar por causa de dívida é condenado a 21 anos de prisão Publicação em 19/05/2021

O Tribunal do Júri de Brasília condenou o réu Marcos Damião Fernandes de Morais a 21 anos de prisão, em regime fechado, por matar, com disparos de arma de fogo, Marcos Alves dos Santos, em razão de uma dívida que a vítima contraiu com o réu, referente à compra de um terreno irregular.

O crime ocorreu no dia 11 de novembro de 2019, em via pública do Setor Oeste da Cidade Estrutural, quando o acusado, na companhia de um comparsa, chegou em um automóvel, em frente à casa da vítima e chamou Marcos Damião para conversar acerca da dívida. Enquanto conversavam, o réu sacou uma arma de fogo e alvejou a vítima com vários disparos, fugindo em seguida.

TJDFT: Réu é condenado a 8 anos de prisão por tentar matar ex-mulher atropelada Publicação em 19/05/2021

No último dia 12/5, Galber de Souza Spíndola foi condenado pelo Tribunal do Júri de Brasília à pena de oito anos e dois meses de reclusão e seis meses de detenção e multa por, no dia 18 de março de 2019, no Setor Mangueiral, sob influência de álcool, arremeter o veículo contra a ex-companheira na intenção de matá-la.

Segundo narra os autos, o crime doloso contra a vida não teria se consumado por circunstâncias alheias à vontade do réu, pois o veículo teria se chocado contra um obstáculo, não atingindo a vítima de forma letal.

Tribunal do Júri em Roraima reforça ações de prevenção à Covid-19

Publicação em 19/05/2021

Na última quinta-feira (13/5), ocorreu mais um julgamento da 1º Vara do Tribunal do Júri e da Justiça Militar do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR). Esse é o segundo júri popular realizado pela 1º Vara em 2021 e o retorno segue orientações de prevenção ao novo coronavírus (Covid-19). As atividades no Tribunal do Júri estavam suspensas desde o início do ano em decorrência do agravamento da pandemia.

Câmara aprova aumento da pena mínima para feminicídio

Publicação em 19/05/2021

Nesta terça-feira (18/5), a Câmara aprovou um projeto de lei que aumenta a pena mínima para feminicídio e aumenta a rigidez na progressão de regime para presos condenados pelo crime. A matéria segue para o Senado. O substitutivo aprovado, da deputada relatora Policial Katia Sastre (PL-SP), define que o feminicídio passa a figurar como um tipo específico de crime no Código Penal, com pena de reclusão de 15 a 30 anos. A pena atual é de 12 a 30 anos.

MPSP: Homem que provocou morte durante racha em Assis tem prisão preventiva decretada

Publicação em 20/05/2021

A pedido do MPSP, a Justiça restabeleceu a prisão preventiva do homem denunciado por homicídio após provocar a morte de uma pessoa ao disputar um racha em Assis. Murilo Almeida Machado cometeu o crime em 1° de maio deste ano.

A prisão preventiva havia sido substituída, em primeiro grau, por medidas cautelares alternativas (suspensão do direito de dirigir, proibição de ausentar da Comarca por mais de sete dias sem autorização e pagamento de fiança). Isso levou o promotor Fernando Fernandes Fraga a ajuizar medida cautelar inominada requerendo a atribuição de efeito ativo ao recurso em sentido estrito interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de decretação da preventiva.

MPSC: Prisão temporária de suspeito de quatro homicídios é decretada após investigações confirmarem que supostas vítimas de incêndio foram mortas a facadas

Publicação em 20/05/2021

Incêndio teria sido provocado na tentativa de simular morte acidental dos moradores da casa, um casal de adultos e duas crianças, em São Domingos. O Promotor de Justiça Michel Eduardo Stechinski manifestou-se favorável à prisão temporária do suspeito e outras medidas requeridas pela Polícia Civil e a Justiça acatou todos os pedidos no mesmo dia, devido aos fortes indícios de que o suspeito teria cometido quatro homicídios qualificados.

MPF defende que concessão de HC de ofício a ex-deputado condenado por homicídio vai contra jurisprudência do STF

Publicação em 21/05/2021

O Ministério Público Federal (MPF) posicionou-se contrário a recurso do ex-deputado distrital Carlos Xavier, condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) a 15 anos de prisão, em 2014, pelo crime de homicídio qualificado. No HC, Xavier busca a reconsideração de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que negou provimento à Reclamação 46.988, na qual o ex-parlamentar defende que a denúncia do caso foi recebida por órgão incompetente, devendo ser oferecida uma nova denúncia na origem. Na manifestação ao STF, o subprocurador-geral da República Juliano Baiocchi esclarece que o recurso não deve prosseguir pelo risco de ocorrer supressão de instância, o que vai contra a jurisprudência da Corte Suprema.

Homem denunciado pelo MPPR pela morte de menina de nove anos em 2008 é condenado pelo Tribunal do Júri de Curitiba a 50 anos de prisão

Publicação em 24/05/2021

O Tribunal do Júri de Curitiba condenou a 50 anos de prisão o homem denunciado pelo Ministério Público do Paraná como autor do assassinato de uma menina em 2008, em Curitiba. A sessão de julgamento terminou na noite desta quarta-feira, 12 de maio. A pena fixada soma 40 anos de prisão pelo homicídio duplamente qualificado (asfixia e ocultação de crime anterior) e 10 anos pelo crime de atentado violento ao pudor, ambos denunciados pela 1º Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri da capital. À época, o corpo da criança – então com nove anos de idade – foi encontrado em uma mala, debaixo de uma escada, na rodoferroviária da capital.

MPDFT obtém condenação de homem que matou motorista de Uber em discussão de trânsito

Publicação em 25/05/2021

A Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri do Paranoá obteve, nesta quinta-feira, 20 de maio, a condenação de Alessandro Guerreiro Barros pelo assassinato de Felype Anderson de Sousa em uma discussão de trânsito, no Itapõa. A pena pelo homicídio triplamente qualificado foi fixada em 20 anos de reclusão em regime fechado.

Os jurados acolheram todas as qualificadoras indicadas pelo Ministério Público: motivo fútil, perigo comum e o uso de recurso que dificultou a defesa da vítima. O promotor de Justiça Daniel Bernoulli, que ofereceu a denúncia, destacou a importância da resposta célere e dura para o caso: "Uma discussão banal de trânsito que acabou tragicamente com a vida de um jovem cheio de sonhos. A comunidade deu a resposta devida ao caso", afirmou.

TJSC: Justiça nega pedido de exame de insanidade mental para acusado da chacina de Saudades

Publicação em 26/05/2021

A 2º Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em matéria sob a relatoria do desembargador Sérgio Rizelo, negou pedido formulado pela defesa do acusado de assassinar três crianças e duas professoras, além de atentar contra a vida de outras 14 pessoas em uma creche de Saudades, que pretendia submetê-lo a exame de insanidade mental antes do prosseguimento da ação penal na comarca de Pinhalzinho. A decisão foi unânime.

Após 25 anos, mãe de rapaz assassinado será indenizada porque juiz vendeu sentença

Publicação em 27/05/2021

Vinte e cinco anos após o crime, mãe de rapaz assassinado em Aquidauana, conseguiu na Justiça indenização por danos morais tanto do Estado quando de familiares de quem assassinou seu filho. Ela deverá receber R\$ 30 mil, mas pedia cerca de R\$ 329 mil.

CNMP: Programa Em Pauta discute os efeitos ignorados da inação do Estado sobre os filhos das vítimas de feminicídios

Publicação em 28/05/2021

"Feminicídios: os efeitos ignorados da inação do Estado sobre os filhos das vítimas" foi o tema da edição do programa Em Pauta do dia 3 de junho, no canal oficial do CNMP no YouTube. Para assistir à edição, <u>clique aqui</u>.

Notícia relacionada: <u>"Os filhos das vítimas de feminicídio no Brasil são esquecidos e</u> invisíveis", constata jornalista.

MPPA: Autor da "chacina do Paca" é condenado a 55 anos de reclusão

Publicação em 31/05/2021

Em sessão do Tribunal do Júri encerrada nesta quinta-feira, 27 de maio, no Fórum de Santarém, foi condenado a 55 anos de prisão em regime fechado o autor da chacina com três vítimas da mesma família, ocorrida em maio de 2019 na comunidade de Paca, no município de Belterra.

O MPPA foi representado pelo titular da 5º Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri, Diego Libardi Rodrigues, e a sessão presidida pelo Juiz Gabriel Veloso, titular da 3º Vara Criminal. O réu Mauro Barrozo Braga confessou os crimes e estava preso desde o dia 6 de junho de 2019.

Conselho de sentença acolhe tese do MPPE e condena os assassinos da criança Davi e o padrasto mortos em 2017

Publicação em 31/05/2021

Após dois dias de julgamento, o Conselho de Sentença do Tribunal de Justiça de Ipojuca, acolheu a tese do MPPE e condenou os réus pelos homicídios triplamente qualificados de Davi Anderson Pereira (criança de 1 ano e 2 meses) e de Ronaldo Ferreira do Nascimento (padrasto), além da condenação por lesão corporal em relação à Milena Larissa Pereira (mãe de Davi) e corrupção de menores e associação criminosa armada.

TJ-PR manda a júri popular médica acusada de matar pacientes em UTI de hospital em Curitiba

Publicação em 31/05/2021

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu, por dois votos a um, que a médica Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar a morte de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, em Curitiba, vai a júri popular.

A médica, que era chefe da UTI do hospital, e mais quatro réus, que irão a júri popular, foram acusados de anteciparem mortes de sete pacientes do hospital, considerado um dos maiores da capital, entre 2006 e 2013.

> TJDFT: Pai é condenado a 30 anos de prisão por tentar matar filha recém-nascida Publicação em 01/06/2021

O Tribunal do Júri de Santa Maria condenou Domingos Jefferson Silva Gomes a 30 anos, dois meses e 20 dias de prisão por tentar matar a filha de apenas quatro meses de idade, em duas ocasiões diferentes e na presença da mãe da criança. Domingos irá cumprir a pena em regime fechado e não poderá recorrer em liberdade.

Os homicídios tentados praticados pelo réu foram qualificados pelo motivo torpe, pelo emprego de meio cruel, pelo recurso que impossibilitou a defesa da vítima e pelo feminicídio. Também foi considerado o fato dos delitos terem sido cometidos contra vítima menor de 14 anos e na presença física de sua ascendente.

MPMA consegue condenação de réu que matou adolescente na Funac

Publicação em 02/06/2021

O Ministério Público do Maranhão conseguiu a condenação de Bruno Serafim Moreira Lima, que liderou um motim na Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), no município de Imperatriz, em janeiro de 2020, levando à morte um adolescente de 16 anos. Realizado na última quarta, 26, o Tribunal do Júri sentenciou Bruno a 14 anos de prisão. Na época em que cometeu o crime, ele tinha 19 anos. Atuou na acusação a titular da 8º Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, Paloma Ribeiro Gonçalves.

MPRJ denuncia filhos e namorado da filha por assassinato de idoso em São Conrado Publicação em 02/06/2021

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2º Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada, denunciou Sérgio Benoliel Coelho de Souza, Daniela Benoliel Coelho de Souza de Oliveira Couto e Eduardo Carlos Piccoli pelo assassinato do idoso Sérgio Faria Coelho de Souza, ocorrido na noite de 13 de outubro de 2016, em São Conrado. De acordo com a denúncia, Sérgio Benoliel e Daniela, filhos da vítima, contaram com o auxílio do namorado de Daniela, Eduardo, para executar Sérgio Faria, então com 77 anos, com três tiros, devido a discordâncias sobre as condições da partilha dos bens deixados pela esposa da vítima.

CNJ: Judiciário gaúcho marca júri do caso Kiss para 1º de dezembro em Porto Alegre Publicação em 07/06/2021

Previsto para ser realizado no dia 1º de dezembro, o júri dos quatro réus apontados como responsáveis pelo incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), deverá ser realizado no Foro Central I, também conhecido como Foro Criminal, em Porto Alegre (RS). O juiz Orlando Faccini Neto, que presidirá o júri, informou que o julgamento ocorrerá nas dependências do plenário, que está em fase de construção e terá maior capacidade de público. A definição contou com o auxílio da equipe técnica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (RS), a partir de reuniões e análises sobre variadas possibilidades.

TJ-SP mantém júri que condenou mulher que ateou fogo no companheiro

Publicação em 08/06/2021

Por entender que a decisão dos jurados integralmente encontrou respaldo em elementos probatórios trazidos aos autos, a 5º Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de uma mulher que ateou fogo no companheiro a 17 anos de prisão por homicídio qualificado e corrupção de menores. De acordo com os autos, o casal estava junto havia seis anos e já tido dois filhos, mas o homem havia deixado a residência após uma briga. Um dia, a ré teria atraído o homem de volta à casa

e desferido diversos golpes na cabeça do companheiro com uma chave de rodas de caminhão.

MPDFT: Foragidos da Justiça: homem localizado três anos após o crime é condenado por homicídio

Publicação em 08/06/2021

O Tribunal do Júri do Guará condenou Gabriel Kassen Costa a 15 anos e 9 meses de prisão por homicídio qualificado por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. O réu estava foragido desde 2017, quando cometeu o crime. Ele foi preso em 2020, na cidade de Luziânia (GO).

Segundo a denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Gabriel forneceu a arma utilizada no homicídio e avisou Francisco Soares, responsável pelos disparos, onde estava a vítima. O crime foi motivado por vingança, em retaliação ao assassinato de um amigo da dupla. Francisco já foi condenado e cumpre pena de 12 anos de reclusão.

MPMG discute a defesa dos direitos das vítimas de crimes no Brasil

Publicação em 10/06/2021

Teve início na manhã desta quarta-feira, dia 9, prossegue até sexta-feira, 11, o ciclo de conferências sobre a defesa dos direitos das vítimas de crimes no Brasil. O evento é uma realização do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), com transmissão pela plataforma Zoom de sua Escola Institucional. O objetivo é apresentar as atuais e modernas abordagens jurídicas que envolvem o tema.

A diretora do Ceaf, procuradora de Justiça Elaine Martins Parise, abriu os trabalhos e apresentou a mesa virtual de abertura, que reuniu o procurador-geral de Justiça, Jarbas

Soares Júnior; o vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Tarcísio José de Souza Bonfim; o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal e da Auditoria Militar (CAO-Crim), Marcos Paulo de Souza Miranda; e o idealizador do evento, promotor de Justiça Lelio Braga Calhau, que presidiu a mesa de trabalhos no primeiro dia e teve a sua atuação, pioneira na defesa dos direitos das vítimas de crime no Brasil, destacada pela mesa e pelos conferencistas da ação educacional.

MPPI obtém condenação de réu por homicídio qualificado contra advogado e por homicídio qualificado tentado contra comerciante

Publicação em 10/06/2021

Em sessão do Tribunal do Júri realizada na comarca de Barras, com início nesta terça-feira (08) e conclusão nas primeiras horas de ontem (09), o Ministério Público do Estado do Piauí obteve a condenação do réu Francisco de Sousa Rosa pelo homicídio qualificado do advogado Kelson Dias Feitosa e pelo homicídio tentado qualificado contra o comerciante Sebastião da Silva Veloso. Os fatos aconteceram em junho de 2016. O advogado foi morto dentro do seu escritório, com vários tiros disparados à queima-roupa. Em seguida, o réu se dirigiu até o local de trabalho da outra vítima, que era cliente do advogado, e atentou contra sua vida, mas não obteve êxito.

MPSP: Homem é condenado por feminicídio de mulher transexual

Publicação em 14/06/2021

Após denúncia do MPSP, a Justiça condenou Jonatas Araújo dos Santos por femicídio de mulher transexual, ocorrido em maio de 2019, no bairro da Saúde, em São Paulo. A sentença foi proferida em júri popular finalizado nesta quinta-feira (10/6).

Em denúncia apresentada pelo promotor de Justiça Romeu Galiano Zanelli Junior, narra-se que a vítima, Larissa Rodrigues da Silva, estava parada na calçada com uma amiga, por volta das 22 horas, em local frequentado por garotas de programa. O réu, de dentro do

carro que conduzia, passou a discutir com ambas, afirmando que havia sido roubado. Tanto a vítima quanto a amiga disseram nada saber sobre o assunto. Ele, então, se retirou, voltando pouco depois, a pé, passando a agredir a vítima, matando-a. A amiga conseguiu fugir do ataque.

Aras destaca atuação interinstitucional na condução de TAC milionário em caso de homicídio em supermercado do RS

Publicação em 14/06/2021

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e procurador-geral da República, Augusto Aras, destacou a importância da atuação interinstitucional de órgãos do Estado na construção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a rede de supermercados Carrefour para adoção de medidas de enfrentamento ao racismo e reparação de danos provocados com a morte de João Alberto Silveira Freitas por seguranças da empresa, em novembro do ano passado, em Porto Alegre.

MPSC: Júri condena a 12 anos de prisão homem que matou convidado de festa por causa de som alto em Chapecó

Publicação em 15/06/2021

O julgamento foi realizado nesta segunda-feira (14/6) pelo Tribunal do Júri da Comarca de Chapecó, que condenou Leandro Sotó Zeferino, denunciado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por homicídio qualificado - por motivo torpe - pela morte de Luciano da Silva Rodrigues em maio de 2019, em Chapecó.

Segundo a ação penal ajuizada pela 11º Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, o réu estava incomodado com o som alto que vinha de uma festa próxima de sua casa. Leandro foi até a festa e pediu para diminuírem o volume do som. Mais tarde, por volta das quatro e meia da manhã, o réu voltou até o local, desta vez com uma arma de fogo e uma faca. Leandro primeiramente atirou no som automotivo e para cima. Uma testemunha

e a vítima foram, então, tentar falar com ele e, nesse momento, Luciano foi atingido na cabeça ao ter afirmado "atire se tu é (sic) homem". Em seguida, Leandro ameaçou matar mais pessoas se todos não fossem embora.

STJ

Compete ao tribunal do júri julgar médicos que, durante a extração ilegal de órgãos,
 mataram dolosamente o paciente

Publicação em 20/05/2021

Leia aqui os comentários do Meu Site Jurídico.

Comportamento da vítima que não contribuiu para o crime não pode agravar a pena Publicação em 20/05/2021

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a avaliação do comportamento da vítima para reduzir a condenação imposta ao ex-deputado federal Pedro Talvane Albuquerque Neto pelo assassinato da deputada Ceci Cunha e de três integrantes de sua família. Para o colegiado, o fato de o comportamento da vítima não ter contribuído para o crime não pode ser utilizado para agravar a pena – entendimento já consolidado na jurisprudência da corte.

Por unanimidade, a turma julgadora também considerou desproporcional o aumento adotado pelas instâncias ordinárias na primeira fase do cálculo da pena, relativamente a três dos quatro homicídios, e reduziu o total da condenação de 103 anos e quatro meses de prisão para 92 anos, nove meses e 27 dias.

Em recurso do MP, STJ restaura decisão que manda a júri acusado da morte de namorada em acidente de trânsito

Publicação em 25/05/2021

Acolhendo recurso especial interposto pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão de pronúncia que levou a júri popular Thiago César de Oliveira Guimarães pelo homicídio doloso (por ter assumido o risco de matar) de sua namorada Andressa Raphaeli Ferreira Braz. Ela morreu em um acidente de trânsito, na madrugada de 15 de dezembro de 2014, quando o veículo em que estava, conduzido por Thiago César em estado de embriaguez, colidiu com um poste, na Avenida 85, em Goiânia.

Relator mantém prisão preventiva de promotor acusado de matar a esposa em Minas Gerais

Publicação em 02/06/2021

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ, negou pedido de liminar em habeas corpus para Andre Luis Garcia de Pinho, promotor de Justiça de Minas Gerais, denunciado por feminicídio contra a própria esposa, Lorenza Maria Silva de Pinho, morta em abril deste ano. Além da suposta prática do crime previsto no artigo 121 do Código Penal – homicídio doloso, qualificado por motivo torpe, meio cruel (asfixia), recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio –, ele foi denunciado por omissão de cautela na guarda de arma de fogo (artigo 13 da Lei 10.826/2003).

Sexta Turma nega liberdade a empresário condenado a 82 anos de prisão por matar esposa e filha

Publicação em 08/06/2021

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de concessão de liberdade a um empresário do Ceará condenado pelo tribunal do júri a 82 anos de prisão pelo homicídio triplamente qualificado de sua esposa e da filha de oito meses de idade, e a mais dois anos por porte ilegal de arma de fogo. A defesa buscava a colocação do réu em liberdade até o trânsito em julgado da sentença.

O empresário teve a prisão preventiva decretada no curso da ação penal. Na sentença condenatória, a juíza de primeiro grau determinou a execução provisória da pena com base no artigo 492, I, "e", do Código de Processo Penal (CPP) – que admite essa possibilidade no caso de condenações pelo tribunal júri a mais de 15 anos –, apontando ainda a necessidade de preservar a ordem pública.

Ministro restabelece condenações do júri por massacre do Carandiru

Publicação em 09/06/2021

O ministro do STJ Joel Ilan Paciornik acolheu recursos do Ministério Público de São Paulo e restabeleceu uma série de condenações do tribunal do júri contra policiais que participaram da operação que visava conter uma rebelião de detentos no antigo Complexo Penitenciário do Carandiru, em 1992, e resultou na morte de 111 detentos.

Na decisão monocrática, o ministro – que é o relator do caso no STJ – entendeu que, ao contrário das conclusões do Tribunal de Justiça de São Paulo (STJ), o veredito do júri não contrariou o conjunto de provas produzido no processo, de forma que não haveria motivos para a anulação do julgamento popular por essa razão.

STF

Coletânea sobre o tema "Redução da letalidade policial" – Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática: <u>Acesse aqui</u>.

Vinicius Gahyva Martins - Promotor de Justiça Coordenador